



Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

2022 - 2º TRIMESTRE





Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

2 0 2 2 – 2 ° T R I M E S T R E

Recife, julho de 2022

Composição da Gestão

Conselheiro

RANILSON BRANDÃO RAMOS

Presidente

Conselheira

MARIA TERESA CAMINHA DUERE

Vice-Presidente

Conselheiro

VALDECIR FERNANDES PASCOAL

Corregedor

Conselheiro

CARLOS DA COSTA PINTO NEVES FILHO

Ouvidor

Conselheiro

CARLOS PORTO DE BARROS

Diretor da Escola de Contas Públicas

Professor Barreto Guimarães

Conselheiro

MARCOS COELHO LORETO

Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro

DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR

Presidente da 2ª Câmara

GUSTAVO MASSA FERREIRA LIMA

Procurador-Geral – MPO

MARCOS ANTONIO RIOS DA NOBREGA

Auditor-Geral – AUGÉ

AQUILES VIANA BEZERRA

Procurador-Chefe – PROJUR

ULYSSES JOSÉ BELTRÃO MAGALHÃES

Diretor-Geral – DG

DÁCIO RIJO ROSSITER FILHO

Diretor-Geral Adjunto – DGA

NOEMI CALDAS BAHIA FALCÃO

Chefe do Gabinete da Presidência – GPPE

BRENO CÉSAR SPINDOLA CORREIA

Coordenador da Escola de Contas Públicas

Professor Barreto Guimarães – ECPBG

PRISCILA MARQUES DE ALMEIDA BARBOSA MONTEIRO

Coordenadora da Ouvidoria – OUVI

WILLAMS BRANDÃO DE FARIAS

Coordenador da Corregedoria Geral – CORG

ADRIANA FIGUEIREDO ARANTES

Diretora de Controle Externo – DEX

ANA CECÍLIA C MARA BASTOS

Coordenadora de Administração Geral – CAD

EDGARD TÁVORA DE SOUSA

Diretor de Gestão e Governança – DGG

KARLA MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA

Diretora de Comunicação – DC

JOSÉ DEODATO SANTIAGO DE ALENCAR BARROS

Diretor de Plenário – DP

EDUARDO MACHADO DE MELO

Chefe do Núcleo de Auditorias Especializadas – NAE

CONRADO LOBO MONTENEGRO NETO

Chefe do Núcleo de Engenharia – NEG

ANA LUÍSA DE GUSMÃO FURTADO

Diretora do Departamento de Controle Estadual – DCE

EDUARDO ALCÂNTARA DE SIQUEIRA

Diretor do Departamento de Controle Municipal – DCM

JOSÉ ANTÔNIO LEITE GONÇALVES

Diretor do Departamento de Administração e Infraestrutura – DAI

ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS E SILVA

Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF

UILCA MARIA CARDOSO DOS SANTOS

Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

MARIA DO SOCORRO FÉLIX

Diretora do Departamento de Informação e Documentação – DED

Mª DE FÁTIMA TAVARES T. BARRETO

Chefe do Núcleo Técnico de Plenário – NTP

LUCIANA DE BARROS CABRAL

Chefe do Núcleo de Apoio às Sessões – NAS

ANA CAROLINA CHAVES MACHADO DE MORAIS

Diretora de Tecnologia da Informação – DTI

Sumário

1. Introdução	5
2. Principais destaques no trimestre	6
3. Atividades de Controle Externo	7
3.1 Processo de Controle Externo	7
3.2 Pós-Julgamento	9
3.3 Ações Concomitantes de Controle Externo	9
3.4 Benefícios Financeiros das Ações de Controle Externo	10
3.5 Ministério Público de Contas – MPCO	11
3.6 Ouvidoria	12
4. Atividades de Capacitação	13
5. Gestão Orçamentária e Financeira	14
6. Projetos Estratégicos	15

1. Introdução

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), em cumprimento ao disposto no art. 30, §4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 2º trimestre de 2022.

Este relatório contém os principais resultados da atuação do TCE-PE, tanto na área do controle externo, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela Diretoria de Gestão e Governança – DGG, a partir dos dados enviados pelas unidades organizacionais do Tribunal.

2. Principais destaques no trimestre

1

Publicação da Portaria TC nº 181/2022, que disciplina a Gestão de Contratos no âmbito do TCE-PE à luz da nova lei de licitações

2

Publicação da Portaria TC nº 183/2022, que disciplina a governança e o planejamento das contratações no âmbito do TCE-PE à luz da nova lei de licitações

3

Transferência do Memorial do TCE para o térreo do Nilo Coelho

4

Oferecimento do curso “Pesquisa de preços em atendimento à nova lei de licitações”

5

Assinatura de um Termo de Ajuste de Gestão (TAG) com a Secretaria Estadual de Saúde, com o objetivo de implementar políticas públicas voltadas a atender pessoas com autismo em Pernambuco.

6

Participação de servidor do TCE-PE nas audiências públicas relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos municípios de Recife, Abreu e Lima e Macaparana.

7

Participação da equipe da GSAU no curso de avaliação de políticas públicas promovido pela SECTI, Prisma e Usina Pernambucana de Inovação.

8

Participação de servidora do TCE-PE no Grupo de Trabalho criado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), sob a chefia dos conselheiros Cezar Miola (TCE-RS) e Sebastião Colares (TCM-PA), para elaborar um diagnóstico e oferecer contribuições do Sistema Tribunais de Contas do Brasil a respeito dos problemas enfrentados na prestação do serviço de transporte coletivo urbano de ônibus no país. O GT promoveu um evento presencial na sede do TCM SP, nos dias 14 e 15 de junho, para formular o planejamento dos trabalhos de elaboração de diagnóstico e proposição de soluções para o problema.

9

Início de participação de equipe da GCIS em Auditoria Coordenada sobre Violência de Gênero da OLACEFS – Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores

10

Participação e conclusão de levantamento feito por servidor do TCE-PE para contribuir com Auditoria Nacional do TCU sobre Sistema Tributário Nacional (ICMS).

11

Participação da gerente da GEDU (Gerência de Auditoria da Educação) em reuniões com o Tribunal de Contas da União, Rede Integrar, sobre acesso ao ensino médio. A Rede Integrar é uma rede colaborativa, formada pelos Tribunais de Contas do Brasil, por meio do Acordo de Cooperação Técnica entabulado entre IRB, ATRICON, TCU e Tribunais de Contas aderentes, com o objetivo de estabelecer cooperação técnica para fiscalização e aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas públicas descentralizadas no Brasil.

12

Participação dos servidores na Operação “Transporte Escolar” para avaliar as condições de segurança dos veículos que fazem o transporte escolar dos alunos das escolas públicas.

13

Alteração do funcionamento da modalidade Medida Cautelar, implantada no Processo Eletrônico desde 2020, decorrente da publicação da Resolução TC nº 155/2021.

14

Implantação da modalidade Pedido de Suspensão, que surgiu no âmbito de Medida Cautelar decorrente da publicação da Resolução TC nº 155/2021, aplicando não somente a esta modalidade.

15

Conclusão e apresentação do Plano de Tratamento de Incidente de Grande Impacto do TCE ao presidente, demais áreas envolvidas do TCE e ao Comitê de TI dos TCs.

16

Viabilização das sessões de julgamento (Pleno e Câmara) no modelo híbrido, com transmissão pelo Youtube.

17

Atualização do parque computacional com notebooks diferenciados para estruturar e dar mais segurança ao desenvolvimento de sistemas no modelo de teletrabalho.

18

Assinatura do acordo de cooperação técnica com o TCE-SP, viabilizando o direito de uso dos sistemas e soluções envolvidas nas Fiscalizações Ordenadas da Corte paulista de modo a consolidar as fiscalizações ordenadas em Pernambuco.

19

Implantação do sistema Cadê, em substituição ao antigo sistema de ramais e chefias, melhorando a comunicação interna e a integração entre as pessoas.

20

Atualização de todos os equipamentos no parque computacional que estavam com a versão do Windows fora de suporte. Desde o início da ação, foram 1.435 máquinas atualizadas.

21

Implantação do cálculo automatizado e diário do Índice de Criticidade do Processo (ICP) no Qlik Sense. O ICP é um parâmetro que pode auxiliar a gestão processual na definição de prioridades.

22

Realização da capacitação “Fundamentos de Teste Funcional de Software” aos colaboradores da GDSI e GPE com o objetivo de melhorar continuamente a qualidade de nossos sistemas.

23

Ativação do login em duas etapas no ambiente Google para todos os usuários com conta de rede, aumentando a segurança da informação.

24

Realização de Auditoria Especial no fundo previdenciário do Município de Carnaubeira da Penha.

25

Início dos trabalhos de Levantamento da situação dos RPPS quanto à viabilidade atuarial, repasses de contribuições e transparência, e movimentação da carteira de investimentos.

26

Participação de servidor do TCE-PE no Programa Especial com a temática da primeira infância, que desenvolve e coordena um conjunto de ações intersetoriais com o objetivo de subsidiar a atuação do Tribunal na fiscalização e orientação das políticas públicas para a primeira infância.

27

Auditoria de acompanhamento das obras de triplicação da BR232 – Alerta de responsabilização emitido pela relatora.

28

Auditoria de acompanhamento nas obras de requalificação dos quiosques da orla de Boa Viagem – cautelar para atendimento às normas de acessibilidade.

29

Análise da documentação relativa à Fase de Planejamento da Licitação para a Concessão da exploração de infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário (PE-50, PE-60 e PE-90) da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco

30

Participação de servidor do TCE-PE no Grupo de Trabalho criado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), sob a chefia dos conselheiros Cezar Miola (TCE-RS) e Sebastião Colares (TCM-PA), para elaborar um diagnóstico e oferecer contribuições do Sistema Tribunais de Contas do Brasil a respeito dos problemas enfrentados na prestação do serviço de transporte coletivo urbano de ônibus no país.

31

Reunião de representantes do NEG com a Prefeitura de Olinda, da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Mundial com o conselheiro Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, para tratar da Parceria Público-Privada (PPP) de Iluminação Pública do município.

32

Realização de Auditoria de acompanhamento que gerou a Medida Cautelar expedida monocraticamente pelo conselheiro Valdecir Pascoal, determinando à prefeitura de Lagoa dos Gatos a suspensão imediata do uso de veículos irregulares no transporte de alunos da rede pública de ensino daquela localidade.

33

Realização de Auditoria de acompanhamento no edital de uma futura licitação da Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco, resultando em uma economia de R\$ 6.846.168,56 aos cofres do Estado. A licitação trata da contratação, sob forma de concessão, de serviços de expansão e melhorias, visando à exploração do aeroporto de Fernando de Noronha.

34

Participação em reunião entre a Prefeitura do Recife (prefeito, secretários e assessores) e o TCE (Presidente, relatores, MPCO e NEG) sobre o Plano de Contingência para enfrentamento aos danos causados pelas chuvas.

35

Participação de servidor do TCE-PE em reunião da Auditoria Operacional em Políticas de Combate à Desertificação do Semiárido e de Proteção ao Bioma Caatinga coordenado pelo Tribunal de Contas da Paraíba com o apoio do Núcleo de Supervisão de Auditorias do Tribunal de Contas da União, e faz parte do plano de trabalho para 2022 da Rede Integrar, composta pelos Tribunais de Contas brasileiros para avaliação de políticas públicas descentralizadas.

36

Participação de servidor do TCE-PE em live sobre aterros sanitários promovida pelo Comitê Ecos de Pernambuco.

37

Expedição de Medida Cautelar determinando a suspensão do Pregão Eletrônico nº 013/2022 – FMS pelo Fundo Municipal de Saúde de Garanhuns, uma vez que o valor licitado (R\$10.469.282,83) estava 347% acima da demanda média anual do município.

38

Trabalho realizado pela equipe técnica da Inspeção Regional de Arcoverde (IRAR), no início deste ano, avaliou o superdimensionamento dos valores licitados pelos vinte e seis municípios de sua jurisdição. O resultado foi uma redução de mais de R\$ 50 mi dos R\$ 138 mi analisados, envolvendo mais de 20 localidades e suas secretarias de governo. O resultado deste trabalho, em 19/07/2022, já chegou a R\$ 100.286.553,77.

39

Planejamento, Execução e Coordenação da Operação Transporte Escolar Seguro, para avaliar as condições de segurança dos veículos que fazem o transporte escolar dos alunos das escolas públicas.

40

Participação no II Fórum Extraordinário da UNDIME-PE para expor os trabalhos do Tribunal de Contas de Pernambuco na temática do Transporte Escolar

41

Participação na “Assembléia Extraordinária sobre Transporte Escolar” na AMUPE para expor os trabalhos do Tribunal de Contas de Pernambuco na temática do evento.

42

Participação na elaboração da Resolução nº 169/2022 sobre Transporte Escolar.

43

Participação de servidores do TCE-PE na Audiência Pública da ALE-PE sobre Transporte Escolar.

44

Participação em Grupo de Trabalho composto por TCE, MPPE, MPCO, AMUPE, UNDIME, DETRAN para discussões de soluções para o Transporte Escolar.

45

Participação no planejamento da ação do PNI junto com a GSAU.

46

Expedição de Medidas Cautelares para os municípios de Joaquim Nabuco, Itamaracá, Água Preta e Cortês em licitações para chamamento público de OSC para área de saúde, notadamente no quesito contratação de pessoal, burlando formas de acesso ao serviço público.

47

Expedição de Medidas Cautelares para o município de Caruaru suspendendo os editais de contratação nºs 016 e 019/2022, que têm por objeto a contratação temporária de profissionais para a função de Auxiliar de Atividade Fazendária e de Fiscal Municipal, respectivamente.

48

Levantamento das necessidades para inovar o SISOUV, sistema atual da Ouvidoria.

49

Análise e conclusão da necessidade de um novo sistema para Ouvidoria com tecnologias que facilitem integrações nos serviços ofertados.

50

Apresentação da Ouvidoria no encontro virtual para os Conselhos em live realizado no dia 09 de junho.

51

Elaboração e aprovação do Plano de Desenvolvimento Profissional.

52

Ação de capacitação para conselhos estaduais e municipais: “O papel e a importância dos Conselhos no Fortalecimento do Controle Social”, em junho pelo Canal do Youtube da Escola.

53

Palestra para estudantes de Direito sobre o papel dos estudantes no Controle Social, após uma sessão do Pleno.

35

Participação de servidor do TCE-PE em reunião da Auditoria Operacional em Políticas de Combate à Desertificação do Semiárido e de Proteção ao Bioma Caatinga coordenado pelo Tribunal de Contas da Paraíba com o apoio do Núcleo de Supervisão de Auditorias do Tribunal de Contas da União, e faz parte do plano de trabalho para 2022 da Rede Integrar, composta pelos Tribunais de Contas brasileiros para avaliação de políticas públicas descentralizadas.

54

Palestra presencial na sala do Prisma sobre a inovação no TCE para os participantes do Eli Summit – evento de inovação organizado pelo Sebrae PE.

55

Estruturação do estúdio para criação de cursos EAD.

56

Atualização do Regimento Interno da Escola de Contas.

57

Realização da Semana da Saúde entre os dias 4 a 8 de abril. O evento contou com diversas ações voltadas à promoção da saúde física e mental dos servidores da Casa.

58

Realização da campanha de vacinação contra a gripe entre os dias 16 e 17 de junho.

59

Implantação do reajuste anual de 13,0%;

60

Finalização da 2ª etapa do desenvolvimento do sistema SICAS.

61

Admissão de doze servidores efetivos.

62

Iniciada a operacionalização do PAV 2022.

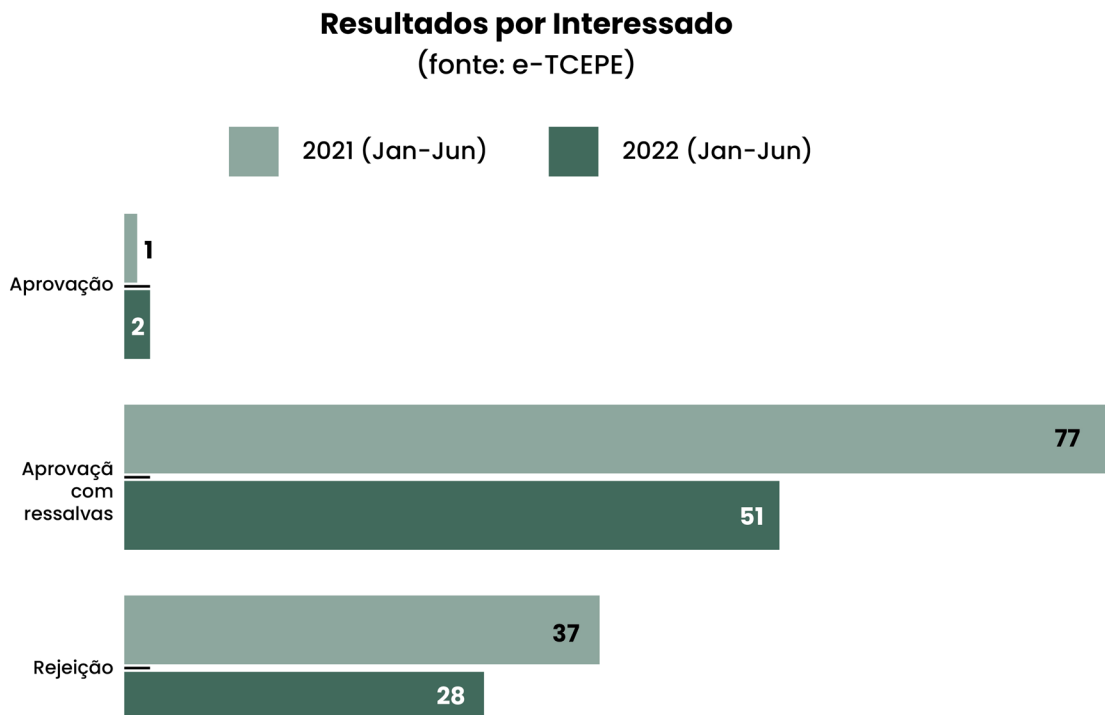
3. Atividades de Controle Externo

3.1 Processo de Controle Externo

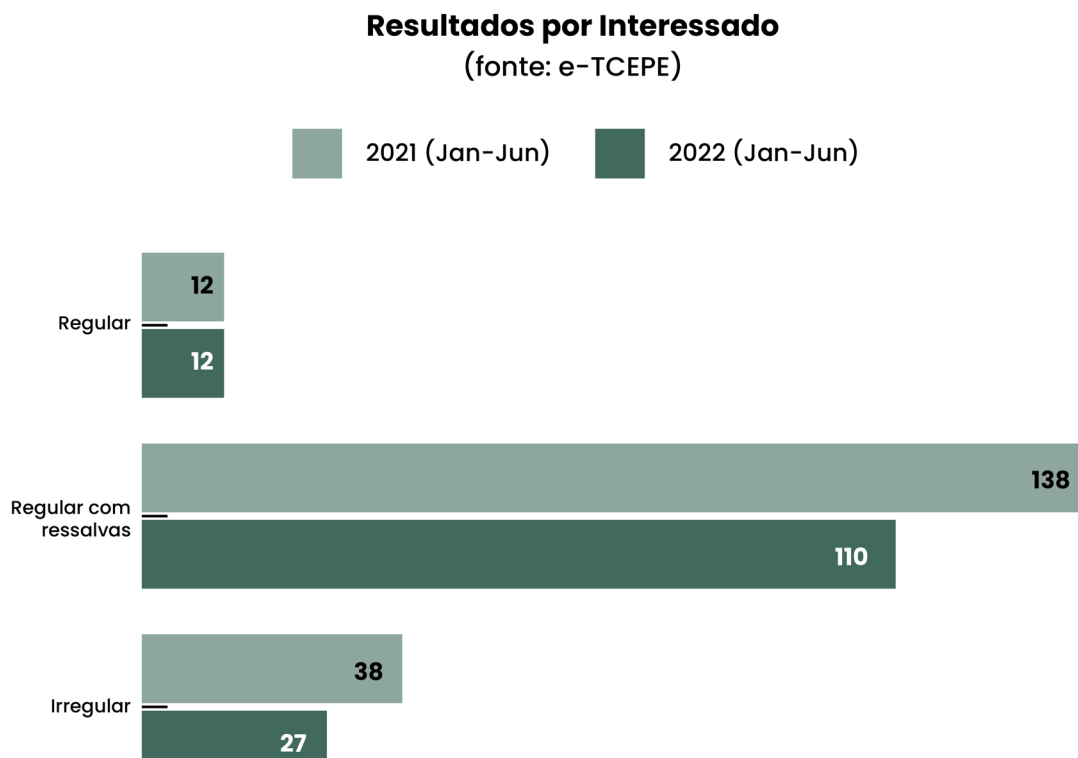
Atividades (Janeiro a Junho)	2021	2022
Número de processos formalizados (total)	5.182	6.305
Concessão de aposentadoria, pensão e reforma	4.022	5.092
Demais modalidades	1.160	1.213
Número de processos instruídos (total)¹	4.307	4.656
Concessão de aposentadoria, pensão e reforma	3.660	4.158
Demais modalidades	647	498
Número de processos julgados e publicados (total)	4.532	4.983
Concessão de aposentadoria, pensão e reforma	3.577	3.972
Demais modalidades	955	1.011

¹ Por não possuírem fase de instrução, não são contabilizados neste quantitativo os processos de Consulta, Medida Cautelar, Pedido de Rescisão e Recurso.

Detalhamento da apreciação de Contas de Governo (emissão de pareceres prévios):



Detalhamento do julgamento de Contas de Gestão:



3.2 Pós-Julgamento

Atividades (Janeiro a Junho)	2021	2022
Valor das multas com recolhimento comprovado	R\$ 495.928,01	R\$ 548.346,10
Valor dos débitos com recolhimento comprovado	R\$0,00	R\$0,00

3.3 Ações Concomitantes de Controle Externo

Atividades (Janeiro a Junho)	2021	2022
Número de procedimentos de fiscalização realizados ²	354	885
Levantamentos	5	370
Inspeções	126	195
Auditorias	164	289
Acompanhamentos	51	20
Monitoramentos	3	5
Número de auditorias especiais concomitantes realizadas	3	5
Número de denúncias concomitantes apuradas	2	1

² Os procedimentos de fiscalização encontram-se definidos no art. 185-A do Regimento Interno do TCE-PE (Resolução TC nº 15, de 10 de novembro de 2010).

3.4 Benefícios Financeiros das Ações de Controle Externo

Atividades (Janeiro a Junho)	2021	2022
Valor dos benefícios financeiros decorrentes de ações de fiscalização	70.942.955,36	227.262.990,70

Detalhamento dos benefícios de 2022 por tipo:

Redução de preço máximo em processo licitatório	R\$ 171.631.192,46
Redução do valor de determinado(s) contrato(s)	R\$ 25.169.745,64
Incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de órgão ou entidade	R\$ 11.284.642,19
Glosa ou impugnação de determinada despesa	R\$ 8.790.914,31
Restituição de recursos a órgão ou entidade	R\$ 6.457.564,71
Elevação de preço mínimo da outorga ou da empresa a ser privatizada	R\$ 3.134.689,98
Compensação financeira na execução de contrato para corrigir impropriedades	R\$ 794.241,41

Detalhamento dos benefícios de 2022 por UJ (10 maiores):

Companhia Pernambucana de Saneamento	R\$ 101.341.154,00
Prefeitura Municipal de Abreu e Lima	R\$ 16.426.555,54
Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco	R\$ 14.255.365,43
Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife	R\$ 11.534.217,71
Prefeitura Municipal de Arcoverde	R\$ 7.748.661,18
Ministério Público de Pernambuco	R\$ 6.618.806,66
Secretaria de Saúde de Pernambuco	R\$ 6.252.225,82
Prefeitura Municipal de Garanhuns	R\$ 6.165.878,29
Prefeitura Municipal de Serra Talhada	R\$ 5.623.116,81
Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira	R\$ 4.560.966,18

3.5 Ministério Público de Contas – MPCO

Atividades (Janeiro a Junho)		2021	2022
Atuações processuais no TCE	Pareceres	294	315
	Cotas	94	69
	Recursos interpostos pelo MPCO	10	05
Ações de Cooperação Técnica ³	MPPE	-	180
	MPF	-	45
	Outros	-	08
Ações para a garantia da efetividade das atribuições do TCE-PE	Representação de Cumprimento de Decisões	192	88
	Análise do julgamento das contas de governo pelas Câmaras de Vereadores ³	-	234
	Cobrança Débitos e Multas imputados pelo TCE-PE ³	-	126
Atuações finalistas do MPCO	Recomendações Conjuntas	05	0
	Recomendações Próprias ³	-	2
	Representações Internas	31	49
	Representações Externas	19	63
Ações Investigativas ³	Notícias de Fato	-	67
	Procedimento Preparatório de Representação	-	06
Ações de Publicidade / Transparência	Notícias veiculadas	196	37

3 Informação apurada a partir de 2022.

3.6 Ouvidoria

Atividades (Janeiro a Junho)	2021	2022
Número de demandas do cidadão recebidas	1.871	1.164
Número de demandas do cidadão concluídas	1.585	1.115
Número de solicitações de acesso à informação recebidas	122	98
Número de solicitações de acesso à informação concluídas	118	96

4. Atividades de Capacitação

Atividades (Janeiro a Junho)	2021	2022
Número de eventos do Programa TCEndo Cidadania ⁴ realizados	9	13
Número de participantes de eventos do Programa TCEndo Cidadania	668	308
Número de eventos abertos ao público externo realizados (exceto TCEndo Cidadania)	3	3
Número de eventos exclusivos para servidores do TCE-PE realizados	1	3
Número de cursos (turmas) abertos ao público externo oferecidos	15 (27)	12 (60)
Número de participantes de cursos abertos ao público externo	1.733	841
Número de cursos (turmas) exclusivos para servidores do TCE-PE oferecidos	13 (38)	14 (33)
Número de participantes de cursos exclusivos para servidores do TCE-PE	741	408

⁴ O TCEndo Cidadania é um programa idealizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e executado pela Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães (ECPBG). Busca desenvolver a consciência crítica do cidadão, estimulando sua participação na definição do uso dos recursos públicos e na fiscalização de sua correta aplicação.

5. Gestão Orçamentária e Financeira

Item	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada (R\$)	Valor Empenhado (R\$) Jan – Jun	Valor Liquidado (R\$) Jan – Jun	Valor Pago (R\$) Jan – Jun
Despesas Correntes	474.248.800,00	514.848.800,00	465.248.615,32	217.222.836,03	215.443.633,56
Pessoal	364.161.900,00	384.161.900,00	353.006.828,37	167.865.385,69	167.348.580,83
Outras despesas de custeio	110.086.900,00	130.686.900,00	112.241.786,95	49.357.450,34	48.095.052,73
Despesas de Capital	19.556.600,00	15.956.600,00	4.858.570,73	968.925,62	880.104,13
Total	493.805.400,00	530.805.400,00	470.107.186,05	218.191.761,65	216.323.737,69

DESPESAS COM PESSOAL – LRF (1º Quadrimestre)	2021	2022
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite	318.608.143,87	345.547.004,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites de despesa com pessoal	28.300.311.883,29	32.998.110.471,80
Limite apurado – %	1,126%	1,047%
Limite máximo – 1,5600%	441.484.865,38	514.770.523,36
Limite prudencial – 1,4820%	419.410.622,11	489.031.997,19
Limite de alerta – 1,4040%	397.336.378,84	463.293.471,02

6. Projetos Estratégicos

Projeto	Objetivo	% Realizado (até 30/06/2022)
Ampliação e consolidação do SEI	Ampliar e consolidar o Processo Eletrônico Administrativo – SEI no TCE.	10,88%
Auditorias Integradas em Políticas Públicas	Conduzir o TCE-PE a um modelo de atuação do controle externo que gere benefícios efetivos à sociedade, considerando suas demandas e expectativas por um melhor serviço público, à luz das diretrizes da INTOSAI e ATRICON.	98,80%
Definição dos indicadores estratégicos da perspectiva Resultados para a Sociedade	Identificar, especificar e implantar no sistema Channel os indicadores estratégicos da Perspectiva Resultados para a Sociedade, os quais, uma vez amadurecidos e consolidados, passarão a compor o cálculo do desempenho institucional.	51,27%
Desenvolvimento do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária – Módulo 2 – LID e SRF	Desenvolver o módulo 2 do sistema, o LID – Liquidação Informatizada de Despesa	97,64%
Elaboração do Plano de Estímulo ao Controle Social	Implementar e monitorar ações inovadoras de forma integrada no TCE-PE visando ao Controle Social.	27,26%
Elaboração e implantação do Plano de Sustentabilidade	Elaborar e monitorar o Plano de Gestão do Conhecimento, ao longo do ciclo 2020-2025	Suspenso

Elaboração e Monitoramento do Plano de Gestão do Conhecimento	Elaborar e monitorar o Plano de Gestão do Conhecimento, ao longo do ciclo 2020-2025	97,28%
Elaboração e Monitoramento do Plano de Gestão Documental e Memória Institucional	Elaborar e monitorar a execução do Plano de Gestão Documental e Memória Institucional.	17,88%
Elaboração e Monitoramento do Plano de Governança de TI	Aprimorar a Governança de TI do TCE-PE, criando e/ou aperfeiçoando procedimentos que sejam efetivos e estejam alinhados com outros objetivos estratégicos do TCE-PE	87,79%
Elaboração e Monitoramento do Plano de Governança e Gestão por Resultados	Realizar um estudo sobre o alcance e os processos de Governança e Gestão por Resultados;	92,96%
Elaboração e Monitoramento do Plano Estratégico de Marketing Institucional	Elaborar um plano que coordene os esforços de comunicação do TCE, especialmente os voltados ao relacionamento com a Sociedade e parceiros, em seus vários níveis e variadas formas, de modo a fortalecer a sua imagem institucional	61,64%
Ementas Jurisprudenciais	Reestruturar a sistematização da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Processualística, Súmula e Jurisprudência, vinculado ao Instituto Rui Barbosa – IRB	98,30%
Estruturação da Fase de Pós-Julgamento do Processo de Controle Externo	Estruturar a Fase de Pós-Julgamento do Processo de Controle Externo visando garantir efetividade das determinações do TCE	97,76%

Estruturação da nova sistemática de contratações – Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021)	Estruturar nova sistemática de contratações no TCE para adequação à nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021)	53,97%
Estruturação, Modernização e Racionalização dos fluxos de trabalho do MPCO	Mapear os fluxos atuais de trabalho; Identificar gargalos, overloading de carga e pontos de melhorias; Propor otimização nos fluxos e possíveis redistribuição de cargas; Elaborar os POP's com os fluxos otimizados; Identificar, no portfólio de ferramentas informatizadas do TCE-PE, aquelas que se mostrem mais apropriadas para a implementação dos novos fluxos de trabalho	Em planejamento
Execução do Plano de Capacitação do Jurisdicionados 2022	O Projeto de Evolução do Ensino a Distância 2022 se guiará primordialmente pelo PCJ – Plano de Capacitação dos Jurisdicionados (Portaria Normativa TC Nº 157/2021). O PCJ consolida as ações de aprendizagem que serão desenvolvidas pela Escola de Contas com o fim de atender ao objetivo estratégico 5. Aperfeiçoar a Capacidade Técnica do Jurisdicionados, contido no Plano Estratégico 2020-2025 do TCE-PE e Redesenhar a estrutura EAD baseado no plano de capacitação dos jurisdicionados.	49,14%
Execução do Plano Estratégico de Gestão do Conhecimento – 2021	Elaborar modelo de gestão do conhecimento para o TCE-PE; Publicar política sobre gestão do conhecimento no TCE-PE; Avaliar o nível de maturidade da gestão do conhecimento no TCE-PE; Modelar o processo de gestão do conhecimento no TCE-PE; Construir e divulgar site sobre gestão do conhecimento no TCE-PE.	62,39%

Execução do Plano Estratégico de Governança e Gestão por Resultados	Revisar e executar o Plano Estratégico de Governança e Gestão por Resultados: Modelo de Governança do TCE elaborado Ferramenta de avaliação da maturidade do modelo definida Maturidade do modelo de governança do TCE com avanços identificados.	76,14%
Implantando a governança de TI (Gestão 2022-2023)	Implementar as ações essenciais para o bom funcionamento da governança de TI, envolvendo a criação do comitê de tecnologia da informação, definição do modelo de governança e gestão de TI e de ferramenta institucional para análise da maturidade da gestão e governança de TI; criação de metodologia para identificação e priorização de ações estruturantes de TI e início do processo de priorização e desenvolvimento de iniciativas de TI, de acordo com a nova metodologia definida.	6,68%
Inova TCE - fase 2	Incentivar e impulsionar a inovação no TCE, de forma colaborativa, visando agregar valor aos serviços prestados à sociedade.	24,63%
Ouvidoria Plataforma	Servir como ponte entre os serviços que integram o TCE-PE e a sociedade. Para ratificar o conceito "Plataforma" o projeto entende que precisa estruturar e fazer funcionar 3 pilares: o relacionamento entre o TCE-PE e o cidadão, estruturar o fluxo TCE-PE e outros Órgãos e, por fim, ser parceiro (mediador) entre o relacionamento outros Órgãos e cidadão. A assistente virtual "Dorinha", será a "porta-voz" nesses relacionamentos mencionados acima e contará com investimentos, entre outros, em Inteligência Artificial.	58,37%

Plano de Gestão de Pessoas	Construção de um plano de gestão de pessoas contendo as diretrizes e principais linhas de ação referentes à gestão de pessoas a serem seguidas no ciclo de planejamento estratégico 2022-2025.	31,43%
Processo Eletrônico 2022-2023	Seguir com a implantação das modalidades processuais, assim como novas funcionalidades e ajustes nas já existentes.	28,23%
Tome Conta – Nova versão	Melhorar a performance da ferramenta Tome Conta com base na experiência dos usuários, sob várias dimensões, visando otimizar a interação com a sociedade	75,91%



Tribunal de Contas

ESTADO DE PERNAMBUCO

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Rua da Aurora, 885, Boa Vista, Recife, PE
CEP 50050-910 Telefone: (81) 3181-7600

www.tce.pe.gov.br